

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação

Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

N/Referência: 1688485

22 de Dezembro de 2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Sá Couto*, — O Oficial de Justiça, *Isabel Carvalho*.

305509745

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA REAL

Anúncio n.º 455/2012

Insolvência de pessoa singular (apresentação) n.º 1253/11.4TBVRL

Insolvente: Maria Luísa Monteiro Moutinho

Credor: Banco Comercial Português, S. A. e outro(s)...

Insolvente — Maria Luísa Monteiro Moutinho, Empregado de Balcão, estado civil: Divorciado, nascida em 07-07-1960, freguesia de Sanfins do Douro [Alijó], nacional de Portugal, NIF — 182920895, BI — 3981913, Endereço: Av.ª. 1.º de Maio, N.º 32, 5000-651 Vila Real

Administrador de Insolvência — Manuel Jaime Fernandes, Endereço: Rua Diogo Botelho-137-Loja 5, 4150-262 Porto

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: a massa insolvente é insuficiente para a satisfação das custas processuais e das restantes dívidas da massa insolvente, ao abrigo do disposto no artigo 232.º n.º 2 do CIRE.

Efeitos do encerramento: Todos os previstos no artigo 230.º do CIRE

9 de Dezembro de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Cristina Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *João Fernandes Mendes Guerra*.

305462424

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extrato) n.º 140/2012

Por despacho do Exmo. Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura de 14 de dezembro de 2011 e por despacho favorável de S. Ex.ª o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, de 28 de dezembro de 2011:

Foi concedida ao juiz de direito Dr. Nuno Manuel Ferreira de Madureira licença sem vencimento, para o exercício de funções em organismo internacional, ao abrigo do disposto no artigo 89.º, n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, com efeitos a 09 de janeiro de 2012, por um prazo de 1 (um) ano.

2 de janeiro de 2012. — O Vogal do CSM, *José António Machado Estelita de Mendonça*.

205546835



PARTE E

ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS

Diretiva (extrato) n.º 2/2012

Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de energia elétrica em Portugal Continental

O Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de energia elétrica, doravante designado por Guia de Medição, foi aprovado pela primeira vez em 2007, através do Despacho da ERSE n.º 4591-A/2007, de 13 de março.

O Regulamento de Relações Comerciais estabelece que o Guia de Medição é aprovado pela ERSE, na sequência de proposta apresentada pelos operadores de redes. Dando cumprimento a este preceito legal, o operador da rede de transporte e o operador da rede de distribuição em média e alta tensão apresentaram à ERSE as suas propostas em agosto de 2010.

A análise das propostas apresentadas à ERSE motivou a realização de diversas reuniões de trabalho entre a ERSE e aquelas empresas.

Em resultado deste trabalho, a ERSE elaborou uma proposta de Guia de Medição que submeteu a consulta a todos os operadores de redes e comercializadores de eletricidade, que decorreu entre 16 de agosto e 30 de setembro de 2011. Em resultado deste processo foi possível identificar diversas alterações e aperfeiçoamentos que foram incluídos na versão final do Guia de Medição.

Volvidos 4 anos da sua aprovação, o Guia de Medição apresenta um conjunto de assuntos que mereceram nova reflexão e justificaram o atual processo de alteração normativa.

A aprovação do Guia de Medição assume particular relevo num mercado elétrico totalmente liberalizado em que se exige total transparência e isenção na atuação dos operadores de redes, responsáveis pelo fornecimento, instalação e leitura dos equipamentos de medição, bem como pela validação e agregação de dados de consumo associados às carteiras de clientes dos comercializadores de eletricidade.

O Guia de Medição reflete ainda a necessária atualização de um conjunto de regras que decorrem da publicação do Regulamento de Relações Comerciais e do Regulamento da Mobilidade Elétrica, ocorridas em 2011, da legislação de produção de energia em baixa tensão e as necessidades de evolução assinaladas por operadores de redes e pelos agentes de mercado. As alterações ao Guia de Medição resultam também dos resultados das recomendações da auditoria de verificação do cumprimento das regras e procedimentos do Guia de Medição, realizada por um auditor externo e independente, em 2010, junto do operador da rede de distribuição em média e alta tensão.

As principais alterações ao Guia de Medição incidem sobre as seguintes matérias:

- Reforço das obrigações de disponibilização de informação aos clientes pelos comercializadores de eletricidade, detalhando-se um conjunto de informação obrigatório a disponibilizar aos clientes, pelos meios que se considerarem mais adequados a cada situação.
- Clarificação da responsabilidade pela leitura dos equipamentos de medição dos respetivos operadores das redes.
- Adaptação do conteúdo do Guia de Medição à obrigatoriedade de instalação de equipamentos de medição nos circuitos de iluminação pública, decorrente da revisão do Regulamento de Relações Comerciais ocorrida em agosto de 2011.
- Definição das características e funcionalidades dos contadores das instalações em baixa tensão especial, considerando a introdução da telecontagem neste tipo de fornecimento, operada na revisão do Regulamento de Relações Comerciais.
- Definição de procedimentos, prazos e fluxos de dados entre o operador da rede de transporte e o operador da rede de distribuição em média e alta tensão.
- Definição de procedimentos de disponibilização de dados entre a rede de mobilidade elétrica e os operadores das redes de distribuição do setor elétrico, em conformidade com a regulamentação aprovada pelo Regulamento da Mobilidade Elétrica.
- Definição de procedimentos e prazos para disponibilização de dados entre os operadores das redes de distribuição exclusivamente em baixa tensão e o operador da rede de distribuição em média e alta tensão.
- Definição da metodologia de aplicação de perfis de produção, procedimentos e fluxos de disponibilização de dados referentes à microprodução e miniprodução, considerando a legislação de produção em regime especial aplicável recentemente publicada.
- Desagregação das quantidades de energia correspondentes ao consumo da carteira de clientes e à energia adquirida aos produtores em regime especial pelo comercializador de último recurso, consagrada na última revisão do Regulamento de Relações Comerciais.
- Adaptação dos prazos de verificação e inspeção dos equipamentos de medição, aplicáveis em média e alta tensão, considerando as características dos novos equipamentos de medição e as tecnologias disponíveis que permitem o acesso remoto aos equipamentos.
- Consagração de regras supletivas relativas à verificação periódica e extraordinária dos equipamentos de medição dos produtores de energia elétrica, fisicamente ligados à Rede Elétrica de Serviço Público.
- Aprovação de indicadores de desempenho associados a diversos aspetos da atividade de medição, leitura e disponibilização de dados, consagrando-se a envio periódico à ERSE de relatórios que permitam acompanhar o desempenho dos operadores das redes nestas matérias.
- Consagrada a possibilidade dos operadores das redes, mediante a realização de consultas públicas aos interessados e comunicação à ERSE, publicarem e promoverem alterações de Documentos Complementares ao Guia de Medição, que detalham procedimentos e boas práticas de natureza técnica, associados à instalação e manutenção dos equipamentos e sistemas de medição. A adoção desta nova organização dos conteúdos do Guia de Medição é ainda responsabilizadora dos operadores das redes e da sua relação com os diversos agentes de mercado.

Nestes termos:

Ao abrigo do artigo 172.º do Regulamento de Relações Comerciais e dos artigos 23.º e 31.º dos estatutos da ERSE, anexos ao Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de abril, o Conselho de Administração deliberou o seguinte:

1.º Aprovar o Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados para vigorar em Portugal continental, o qual é publicado na página na internet da ERSE, em www.erse.pt.

2.º A presente deliberação aplica-se às situações que se constituam no prazo de 30 dias, após a sua publicação, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3.º As matérias relativas às situações identificadas entram vigor nas seguintes datas:

Em 1 de janeiro de 2012:

- Metodologia de atribuição da energia elétrica entregue aos comercializadores prevista no ponto 60 do Guia de Medição, cuja aplicação implica a desagregação das quantidades de energia elétrica correspondentes ao consumo da carteira de clientes e à energia elétrica adquirida aos produtores em regime especial pelo comercializador de último recurso.

Em 1 de março de 2012:

- Procedimento de disponibilização de dados relativos à produção em regime especial entre operadores de rede, previsto nos pontos 40 e 41 do Guia de Medição.

Em 1 de abril de 2012:

- Metodologia de disponibilização de dados da microprodução e da miniprodução, prevista no ponto 69 do Guia de Medição.
- Leitura e acesso aos equipamentos de medição pelo operador da rede de transporte.
- Disponibilização de dados do consumo agregado estimado por comercializador, com a periodicidade mensal no 3.º mês seguinte ao do consumo, prevista no ponto 56.2 do Guia de Medição.
- Disponibilização diária de dados entre o operador da rede de transporte e operador da rede de distribuição para determinação das carteiras de comercialização, prevista no ponto 50 do Guia de Medição.
- Disponibilização de dados entre a rede de mobilidade elétrica e os operadores das redes de distribuição do setor elétrico, prevista no capítulo VII do Guia de Medição.
- Disponibilização de dados de consumo pelos comercializadores aos clientes, prevista no ponto 55.3 do Guia de Medição.
- Apuramento das perdas de transformação no caso da leitura se efetuar a tensão diferente da tensão de fornecimento, nos termos previstos no ponto 38 do Guia de Medição.

Em 1 de julho de 2012:

- Características dos equipamentos de medição nos pontos de entrega em baixa tensão especial, nos termos previstos no ponto 14.1 do Guia de Medição.
- Características dos equipamentos de medição nos pontos de entrega a circuitos de iluminação pública, nos termos previstos no ponto 14.1 do Guia de Medição.
- Disponibilização de dados entre os operadores de redes de distribuição exclusivamente em baixa tensão e o operador de rede de distribuição em média e alta tensão, prevista no ponto 64 do Guia de Medição.

4.º Os documentos complementares previstos no ponto 4 do Guia de Medição devem ser publicados até ao dia 1 de abril de 2012.

5.º Com a entrada em vigor do Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados é revogado o Despacho n.º 4591-A/2007, de 13 de março, sem prejuízo das datas de entrada em vigor consagradas na presente deliberação e do previsto no número seguinte.

6.º As disposições do Guia de Medição, publicadas pelo Despacho n.º 4591-A/2007, abrangidas pelos documentos complementares mantêm-se em vigor até à sua publicação pelos operadores das redes.

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

23 de dezembro de 2011

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Vítor Santos

Doutor José Braz

Dr. Ascenso Simões